

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 313

Data: 1 de Dezembro de 1985

Pg.: _____

Índio troca borduna por "lobby" para fazer valer sua vontade

Brasília — As ameaças dos índios de ocuparem estradas próximas às aldeias, no início do ano, foram vistas pelo então sertanista Apoená Meireles com um lobby por eles organizado para impor uma "política indigenista de clientelismo"; hoje, na presidência da Funai, Meireles já reconhece que "eles vêm a Brasília em busca de solução para problemas legítimos, que as delegacias regionais não conseguem resolver".

A mudança de pensar de Apoená Meireles demonstra que os índios não se mobilizam para resolver questões de terras apenas armados de borduna. Lançando mão de práticas dos civilizados, eles conseguem destituir e nomear chefes de postos, delegados regionais e até presidentes da Funai, como aconteceu com Afirton Cordeiro de Almeida, que permaneceu apenas 24 horas à frente da função.

Desde a retirada do governo Figueiredo e a instalação da Nova República, a sede da Funai já foi ocupada pelos índios das mais variadas etnias que se organizaram em peculiare bncas para promover a derrubada de quatro presidentes — Nelson Marabuto, Afirton Almeida, Gerson Alves e Álvaro Villas Boas — e a nomeação do atual.

Entre os lobistas a que se referia Apoená, estariam os xavantes liderados pelo hoje deputado Mário Juruna, um cacique da aldeia Namucurá, de Mato Grosso, que irrompeu no Palácio do Planalto munido de um gravador — por não acreditar "em papo furado de branco" — para tentar uma audiência com o presidente da República, na época, o general Ernesto Geisel.

Desde então, lideranças dos 220 mil índios espalhados pelo Brasil tomaram consciência de que somente através da ousadia e da pressão se conseguiriam impor. Sabiam, também, que tinham os segmentos progressistas da sociedade como aliados: afinal, o índio Marcos Tereza, candidato à Constituinte, assegura que "em todos os momentos de regime fechado, o movimento do índio sempre foi de vanguarda".

Naquela ocasião, Juruna não conse-

guiu a audiência com Geisel. Mas o Conselho Indigenista Missionário, ao organizar as assembleias nacionais de caciques, conseguiu montar uma estratégia de luta conjunta.

Tereza, atualmente assessor para assuntos indígenas no ministério da Cultura, recorda que o brotar dessa "organização nativa" provocou um contra-ataque do governo Geisel, que passou a defender um projeto de emancipação dos índios.

Na época, os estudantes terena Marcos e Osmar, o Carajá Idjarruri, o urubu Oswaldo e o Paikairi Taukane, alojados em Brasília na Casa do Ceará, começaram a discutir o Estatuto do Índio. Estudavam as leis indígenas para conscientizar as lideranças que ali se hospedavam da armadilha governamental. "A emancipação desarticularia os índios como povos e detalharia seus territórios", explica Marcos.

Em 1976, o cacique dos Kaingang, de Mangueirinha, foi o primeiro índio eleito vereador, pelo PMDB, no Paraná, mas no dia 29 de janeiro de 1980 foi assassinado no auge da luta dos kaingang em defesa de suas terras invadidas pela firma Slaviero. De lá para cá, desencadeou-se nas áreas indígenas uma série de conflitos envolvendo fazendas e garimpo, mas os tradicionais perdedores (os índios) passaram a obter algumas vantagens.

No dia 23 de março de 1984, os txucarramae, com o apoio dos juruna, caiabi, krumari, tikao, suíá, krenakore e yualapti estavam reunidos na aldeia kretire — do cacique txucarramae Raoni — e aguardavam o presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, para discutir a 15 quilômetros da margem direita do rio Xingu. Revoltados com um telegrama pelo qual Otávio cancelava o encontro e informados de que ele estivera reunido com fazendeiros interessados na área, em Brasília, os índios seqüestraram a balsa da BR-080. Além da demissão de Otávio, conseguiram a demarcação das terras — após muito vaivém de Raoni à capital.

Em novembro do mesmo ano foi a vez dos apinajé, que tiveram a aldeia Cocalinha incendiada por fazendeiros da

região de Araguatinga, Mato Grosso. Os apinajé reuniram 200 índios de 16 grupos e demarcaram a área de qualquer maneira. O decreto presidencial saiu no dia 14 de fevereiro de 1985, legitimando os seus 143 mil hectares. Tanto os txucarramae como os apinajé tiveram o respaldo de indigenistas da própria Funai, como o antropólogo Cláudio Romero — demitido recentemente na gestão de Álvaro Villas Boas.

Em abril deste ano, os caiapó fecharam o garimpo de Maria Bonita, no sul do Pará, porque a Caixa Econômica não estava repassando a quota de 1% relativa ao ouro retirado de suas terras. Só abriram o garimpo depois de acordo para que o exército começasse a demarcar a área.

Os caiabi e apiacá se articularam, embargando a construção da barragem no rio dos Peixes, da Centrais Elétricas de Mato Grosso. A negociação para o recomeço da obra, com a vinda dos líderes do grupo à Brasília, foi calçada também na demarcação das terras. No Paraná, em junho, os kaingangue de Mangueirinha, depois de muito circular pelos corredores da Funai, voltaram à luta. Bloquearam a estrada que atravessa sua reserva, só a liberando após a promessa que ela seria delimitada e decretada.

A mais recente batalha dos índios desencadeou-se há 15 dias em território dos pataxó-ha-ha-hae. O cacique Nelson Saracura fez várias peregrinações a Brasília para saber como está a situação judicial dos 36 mil hectares de terras, demarcados como reserva indígena em 1936, titulados em 1978 pelo Governo estadual da Bahia para beneficiar 300 posseiros e fazendeiros. Cansados, os pataxó resolveram ocupar quatro fazendas vizinhas aos 1 mil 200 hectares, onde se encontram atualmente. A ocupação foi deflagrada pelo descrédito dos índios na decisão judicial que ampliaria seus domínios territoriais. Afinal, em fins de julho, o então presidente da Funai, Gerson Alves, garantiu a Nelson Saracura que o órgão havia dado entrada numa ação declaratória de nulidade de títulos, que estava em tramitação no Supremo Tribunal Federal.